

# A MACROECONOMIA POTIGUAR: uma década de crescimento econômico

Aluísio Alberto Dantas<sup>1</sup>

## Resumo

*A economia do Estado do Rio Grande do Norte vem registrando mudanças substanciais de suas atividades produtivas de bens e serviços e cujos resultados são expressos nas taxas de crescimento econômico da última década. Passando de uma economia de subsistência e primário-exportadora para uma economia primário-exportadora e produtora de serviços, o crescimento do Estado foi fortalecido na última década, fruto do elevado fluxo de investimentos capitalistas em atividades produtoras de bens e serviços destinados ao mercado externo.*

**Palavras-chave:** *modelo de crescimento econômico; economia capitalista; atividades produtivas.*

## 1 INTRODUÇÃO

A macroeconomia é o campo de estudo das ciências econômicas dedicado à análise dos agregados de produção, renda, emprego e preço e ao estudo das políticas econômicas interna e externa, tais como políticas monetárias, fiscais, comerciais, cambiais e demais ações de gestão das relações econômicas de um país, região, estado e município.

O presente estudo tem por objetivo a análise das variáveis macroeconômica do Estado do Rio Grande do Norte, durante a última década, com a descrição de causas e efeitos sócio-econômicos do desempenho estadual. Com base na contabilidade social, serão apreciados os resultados econômicos da produção estadual – medidos pelo PIB total e setorial, e o respectivo desempenho das diversas taxas de crescimento econômico.

Estes indicadores permitem que se realize a avaliação macroeconômica do Estado, em termos de sua participação relativa no desempenho da economia do Nor-

---

<sup>1</sup> Mestre em Economia (UFC), professor aposentado da UFRN e professor da FARN.

deste e do Brasil; o desempenho histórico da nossa macroeconomia, com relação à geração de renda, investimentos, receitas e despesas públicas; finalmente, faz-se a avaliação da balança comercial do Estado, com base na avaliação de exportações e importações do Estado.

Espera-se que este estudo venha contribuir para a avaliação das políticas de gestão e do atual modelo de crescimento econômico do Estado. Esta expectativa decorre da importância do tema para a orientação de tomada de decisões de investimentos e de políticas econômicas contemporâneas. Deve-se ressaltar que a discussão do crescimento econômico sempre incorpora controvérsias de conteúdos, metodologias e de seus resultados, principalmente quando os seus efeitos não são devidamente socializados e não provocam as mudanças previstas pelas ações de política econômica.

## 2 ASPECTOS CONCEITUAIS DO CRESCIMENTO ECONÔMICO

O crescimento econômico é um conceito que descreve o comportamento de desempenho da atividade econômica, em termos do acréscimo real da produção e da renda nacional.

Concebido e medido pela variação percentual do valor real de toda a produção de bens e serviços finais de uma economia, durante um ano, o crescimento econômico constitui o mais expressivo resultado macroeconômico e um dos principais objetivos de política econômica das nações. Desde a Segunda Guerra Mundial, a consciência geral da idéia de crescimento econômico tem-se manifestado de várias formas (JONES, 1979, p. 13):

- a) as taxas de crescimento do Produto Interno Bruto – PIB passaram a constituir os mais expressivos indicadores de crescimento econômico e símbolo de virilidade nacional, não somente para os países desenvolvidos, mas também para os chamados países em desenvolvimento do “Terceiro Mundo”. As taxas de crescimento econômico, medido pelo PIB, levavam os formuladores de política econômica a efetuarem comparações internacionais de desempenho e da performance das atividades produtivas de bens e serviços;
- b) o crescimento econômico tem sido visto como solução para uma variedade de outros problemas econômicos, tal como a redução do desemprego e da pobreza;

- c) a relação de custo/benefício, medido pelo valor monetário do financiamento do crescimento e respectivos efeitos sobre a qualidade de vida das pessoas, tem sido analisada sob os aspectos dos controvertidos debates existentes entre o processo de acumulação, concentração e distribuição de riquezas.

As teorias convencionais de análise econômica são, na sua maioria, constituídas de leis homogêneas sobre o desempenho econômico de uma determinada realidade. Partindo-se do pressuposto teórico de Singer, em sua “Economia Política do Trabalho” (SINGER, 1979, p. 9), pode-se classificar a atividade econômica do Estado segundo as seguintes diferenciações de relações sociais de produção e de distribuição:

- a) setores de mercado;
- b) setor de subsistência;
- c) setor de atividade governamental;
- d) setor autônomo.

Os setores de mercado, compostos de empresas capitalistas e que empregam trabalhadores assalariados, são analisados à luz das teorias de acumulação e produção desenvolvidas por Keynes e Marx (SINGER, 1979, p. 21), onde os meios de produção são livres para a produção de excedente maximizador de lucro. O crescimento econômico é explicado sob a lógica da acumulação capitalista e dos investimentos privados. A produção e o emprego capitalista são determinados pelas condições de mercado. A demanda do fator trabalho é realizada pelas empresas obedecendo ao cálculo gerencial, em condições nas quais a produtividade física do trabalho seja igual (ou superior) ao salário real (ou custo de reprodução) da força de trabalho. A oferta de mão-de-obra é realizada pelos trabalhadores, sempre em condições de oferta excedente da força de trabalho. O nível de emprego, dado pelo número de trabalhadores que conseguem engajar-se na divisão social do trabalho, deve ser capaz de gerar uma produção cujo valor agregado supera o valor da referida força de trabalho.

Na economia de subsistência, considerando a sua condição de ocupar a força de trabalho para gerar o auto-consumo, a produção e o emprego sempre correspondem à oferta total da capacidade produtiva e da força de trabalho, cujo produtor e trabalhador estão engajados na divisão social do trabalho. Tanto o produtor quanto o trabalhador são também membros do grupo social de produção e de distribuição.

O setor de atividade governamental é definido como o segmento produtivo que produz bens e/ou serviços públicos e semi-públicos e que não objetivam o lucro. Estas atividades também podem ser desenvolvidas por empresas privadas.

O setor autônomo caracteriza-se pela produção de bens e serviços destinados ao mercado e desenvolvidos por trabalhadores não-assalariados e não geradores de excedente produtivo. O excedente da oferta de mão-de-obra da economia de mercado sempre faz uso do setor autônomo para desenvolver atividades produtivas e de geração de renda.

### 3 O CRESCIMENTO ECONÔMICO DO RIO GRANDE DO NORTE

A avaliação do crescimento econômico no Estado é, por hipótese, a principal preocupação de política econômica, considerando a importância que seus resultados exercem sobre os níveis de renda das pessoas e desequilíbrios sociais associados a esta performance. Isto significa que o crescimento econômico reflete-se no desemprego e na renda média dos que têm ocupação. Esta hipótese descreve que o aumento da taxa de crescimento contribui para reduzir a taxa de desemprego e melhorar o nível médio de renda da força de trabalho ocupada.

As estatísticas demonstram que, na última década, o Rio Grande do Norte apresentou um aumento contínuo do seu produto interno bruto total e *per capita*, cujas taxas médias de crescimento foram superiores às registradas para a região Nordeste e Brasil. À exceção do período de 1990 a 1993, quando houve decréscimo da atividade econômica do Estado, os dados demonstram que o Rio Grande do Norte detém destacada posição no ranking de crescimento do PIB total e *per capita* do Nordeste brasileiro.

Varição Anual do PIB Real (em %)

Períodos	Rio Grande do Norte	Nordeste	Brasil
1985 – 1989	23,5	13,7	14,5
1990 – 1993	2,4	4,3	2,7
1994 – 1997	26,1	15,3	16,1
1985 – 1997	59,4	36,7	36,5
1998 – 1999	3,9	1,5	-0,12
1999 – 1998	2,2	3,3	1,01

Fonte: IBGE-IDEMA

O atual modelo de crescimento econômico do Rio Grande do Norte é fruto de um processo histórico de transição da produção rural, apoiada na agricultura de subsistência e desenvolvida de forma consorciada com a cultura do algodão e com a pecuária bovina. As atividades capitalistas do Estado ocorriam com o beneficiamento de matérias-primas, através das usinas de algodão; e com a

exploração e beneficiamento de minerais metálicos e do sal. Estas atividades eram comercializadas no mercado externo e cuja produção era destinada à exportação de matérias-primas.

O crescimento econômico verificado na última década decorreu de elevados investimentos na produção capitalista do Estado, dentro das exigências de competitividade do mercado nos diversos setores produtivos. Este crescimento foi fortemente influenciado pela produção da agricultura irrigada, da pecuária e seus derivados; bem como pelo valor da transformação industrial e do turismo.

Informações do Governo do Estado<sup>2</sup> revelam que o Rio Grande do Norte dispõe de aproximadamente 860 mil hectares de terras potencialmente aproveitáveis para a agricultura irrigada, representando cerca de 16% do território potiguar. A fruticultura irrigada está se firmando como um dos caminhos para o desenvolvimento econômico do Estado. O total de vendas do setor para os mercados interno e externo somam mais de US\$ 100 milhões por ano, representando 1,6% do Produto Interno Bruto estadual. Esse resultado chega perto dos 2,2% de participação de todo o setor agrícola na soma de bens e serviços do RN. Isso significa crescimento para a agricultura potiguar desde o fim da cultura do algodão nos anos 80.

Mesmo apresentando altos índices de crescimento, em especial no volume de exportações, a atividade no RN tem um longo caminho para vencer as dificuldades financeiras e os problemas de logística no comércio e distribuição. Mas, na avaliação de especialistas, a produção de frutas também incentiva investimentos no setor industrial. A expectativa do Governo do Estado é que a fruticultura possa atrair indústrias produtoras de embalagens, sorvetes, sucos e polpas.

#### **4 POLÍTICAS PÚBLICAS DE INCLUSÃO**

O desenvolvimento do estado do Rio Grande do Norte vem passando por mudanças estruturais das relações sociais de produção e de distribuição. As transformações e mudanças estruturais vêm exigindo planejamento e avaliação que devem ser apoiadas em metodologias e conteúdos sistemáticos e contínuos, os quais priorizem a participação e o desenvolvimento comunitários; que objetivem o crescimento sócio-econômico e o desenvolvimento das relações sociais voltadas para a inclusão social e para as melhorias das condições de vida e da justiça social.

---

<sup>2</sup> Palestra proferida pelo Governador do Estado na FARN no dia 16/3/2000.

O planejamento e a avaliação das políticas e das ações sócio-econômicas dependem fortemente da legitimidade dos instrumentos de análise, especialmente de diagnósticos estatísticos e analíticos que retratem eficientemente o processo evolutivo dos fatos, elementos e categorias sócio-econômicas. As mesmas devem descrever e analisar, com eficácia, as diversas realidades atuais, com o intuito de disponibilizar indicadores com estatísticas e demais informações adequadas para a formatação e descrição de cenários de programas, projetos e ações de políticas públicas de desenvolvimento sócio-econômico voltados para a promoção de impactos de efetividade social, para a justiça social e para a dignidade da pessoa humana, principalmente para mudar as relações sociais de produção e de distribuição dos segmentos sociais excluídos das atividades produtivas e ocupacionais.

Merece atenção duas ações de política pública de inclusão no Estado:

- a) o plano de desenvolvimento sustentável do Rio Grande do Norte;
- b) o plano de desenvolvimento sustentável do Seridó.

O plano de desenvolvimento sustentável do Estado foi lançado pelo Governo do Estado em 1996 e descreve metas até o ano de 2010; tem o propósito de construir com a sociedade um referencial estratégico capaz de aglutinar as forças políticas e orientar a gestão de governo por várias décadas, independente da alternância de poder na direção do Estado.

De forma mais direta e específica, o desenvolvimento sustentável do Rio Grande do Norte manifesta-se nos seguintes objetivos:

- redução significativa da indigência, da pobreza absoluta e das desigualdades sociais;
- melhoria generalizada da qualidade de vida da população;
- geração de renda e ocupação;
- dinamização da economia e fortalecimento da base econômica do Estado;
- conservação dos recursos naturais e do meio ambiente; e
- fortalecimento da cidadania e da organização e consciência da sociedade para sua participação social.

O Plano de Desenvolvimento Sustentável do Seridó foi implantado no ano 2000 e foi elaborado com a participação efetiva dos diversos segmentos sociais da região, sob a coordenação da Diocese de Caicó. O plano visa a um processo de mudanças do quadro crítico de esvaziamento da produção, de pobreza e de exclusão social do Seridó.

Com 28 municípios, a região representa 25% do território potiguar e 11,3% da população do Rio Grande do Norte. O peso da economia seridoense é muito pequeno, representando apenas 4,5% da arrecadação do ICMS do Estado. Na região, estão situadas apenas 9% das indústrias norte-riograndenses, um perfil muito distante do que foi a economia do Seridó quando em décadas passadas. No auge da produção do algodão, esse setor agrícola chegou a gerar 10 mil empregos.

## 5 CONCLUSÕES

O processo de crescimento da economia potiguar, analisada a partir do desempenho do investimento capitalista no desenvolvimento de segmentos produtivos do Estado, revela a expressiva participação da agricultura irrigada voltada para a exportação de frutas tropicais para os países do Nafta e da União Européia. A nossa economia será fortalecida com o desenvolvimento e expansão da carcinocultura e respectiva exportação do camarão potiguar e com outras atividades produtivas resultantes das potencialidades e riquezas naturais do Rio Grande do Norte que estão em processo de expansão de demanda no mercado internacional.

Nos setores secundário e terciário são marcantes as atividades produtivas decorrentes do crescimento industrial, resultantes da instalação de novas indústrias e da ampliação das já existentes. Merece destaque o fluxo de investimentos no Estado e voltados para a exploração e beneficiamento do petróleo e constantes do Pólo Gás-Sal. A produção de serviços classificada no setor terciário da economia potiguar vem passando por crescimento e diversificação das diversas atividades comerciais e influenciando positivamente o crescimento econômico, destacando-se a instalação de grandes supermercados em Natal, a ampliação da rede hoteleira e o crescimento e solidificação do turismo nas áreas litorâneas do Estado.

O Estado do Rio Grande do Norte será um dos mais beneficiados com a implantação da ALCA – Área de Livre Comércio das Américas, em função de sua posição estratégica para intermediar o fluxo de mercadorias da América do Sul para a América do Norte e para a União Européia. A proposta da ALCA foi lançada na Primeira Cúpula das Américas, em 1994, em Miami. A mesma não se resume à criação de uma área de livre comércio, em que apenas são eliminadas as barreiras comerciais entre os 35 países que a constituem, mas também a organização e regulamentação de diversas atividades econômicas e melhoria de relações sociais, políticas e militares.

Recomenda-se, no presente estudo, a união de esforços para fortalecer e concretizar os ganhos de mercados do Rio Grande do Norte, com a intermediação das mercadorias do Mercosul para o Nafta e para a União Européia através dos portos de Natal e Areia Branca e do Aeroporto de Cargas de São Gonçalo do Amarante (em construção). Natal deve ser encarada como a cidade *Trampolim da Intermediação* de mercadorias da Alca, em função de sua posição estratégica no hemisfério e favorável à obtenção de benefícios comerciais advindos da redução de custos de exportações. Para que isto aconteça, são necessários estudos que orientem situações ainda obscuras e que suscitam diversas questões a serem pesquisadas (PEREIRA, 2001, p. 53). Primeiro, há temores quanto ao impacto de uma liberalização com os Estados Unidos sobre os setores produtivos da economia dos países do cone sul – Mercosul, em função das diferenças tarifárias e níveis de competitividade. Por outro lado, barreiras não-tarifárias, normas fitossanitárias, procedimentos sobre investigações de direitos compensatórios e *antidumping* e outras condições e formas de mercado seriam os principais entraves para a entrada de produtos do Mercosul no mercado americano – e que constituem temas de difícil negociação. Outros temas de pesquisas nesta área referem-se aos mercados europeus, à integração sul-americana, à possibilidade de ganhos econômicos em setores de manufaturas e a novas condições de administração de empresas impostas pelos mercados e pelas necessidades de parcerias.

## REFERÊNCIAS

JONES, Hywel G. **Modernas teorias do crescimento econômico**: uma introdução. São Paulo: Atlas, 1979.

PEREIRA, Lia Valls. ALCA, uma trajetória a ser definida. **Conjuntura Econômica**, Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, v. 55, n. 3; p. 55, mar. 2001.

SINGER, Paul Israel. **Economia política do trabalho**: elementos para uma análise histórico-estrutural do emprego e da força de trabalho no desenvolvimento capitalista. 2. ed. São Paulo: HUCITEC, 1979.

## **Abstract**

*The state of Rio Grande do Norte economy has been registering substantial changes of its goods and services productive activities and its results are expressed in the figures of economical growth in the last decade. Going from a subsistence economy and primary-export to a primary-export and service productive economy, the state growing was increased in the last decade, result from a high flux of capitalist investments in productive activities of goods and services addressed to the external market.*

**Key words:** *Economic growth model; capitalist economy; productive activities.*

